

Enquadramentos em análises de dinâmicas interacionais

aproximações entre Goffman e Butler

VANESSA NEME SPIRANDEO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade Cásper Líbero
vanessaneme@gmail.com
ORCID: /0000-0003-0904-4520

LUIS MAURO SÁ MARTINO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade Cásper Líbero
lmsmartino@gmail.com
ORCID: /0000-0002-5099-1741

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Programa de Pós-Graduação em Comunicação em
Comunicação Social
Universidade Federal de Minas Gerais
angelasalgueiro@gmail.com
ORCID: /0000-0002-2253-0374



Estudos sobre enquadramento parecem ter encontrado um espaço já consolidado, não só nas Ciências Sociais, mas também nas pesquisas em Comunicação (Kim, 2019), onde o conceito vem se constituindo como um operador analítico de importância, sobretudo nas investigações sobre Jornalismo. Ao mesmo tempo, no âmbito epistemológico, é possível indicar um considerável número de estudos (Entman, 1993; Joseph, 1998; Porto, 2004; Scheufele, 2004; Chong & Druckman, 2007; Gitlin, 2009; Carvalho, 2011; Mendonça & Simões, 2012; França & Lopes, 2017; Monteiro & Bressan, 2021) voltados para a revisão dos princípios, genealogias e derivações do conceito a partir de diversas perspectivas.

Desde que o conceito foi proposto pelo sociólogo canadense Erving Goffman (1974), em seu livro *Frame Analysis*, traduzido no Brasil como *Os quadros da experiência social*, a ideia vem passando por um considerável número de reelaborações, críticas e utilizações em relação à sua potencialidade hermenêutica nos diversos tensionamentos com temas, situações ou objetos específicos de estudo. Em boa medida, essas revisões do conceito procuram trabalhar a partir das elaborações propostas por Goffman, retomando e desenvolvendo suas proposições iniciais, voltadas para a interação face a face e até mesmo online, no sentido de direcioná-las para a análise das mútuas afetações entre sujeitos em narrativas e produções midiáticas (França, 2011; França & Lopes, 2017).

Pour citer cet article

Référence électronique

Vanessa Neme Spirandeo, Luis Mauro Sá Martino, Ângela Cristina Salgueiro Marques, « Enquadramentos em análises de dinâmicas interacionais : aproximações entre Goffman e Butler », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 12, n°1 - 2023, 15 juin - june 15 - 15 de junho.
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n1.2023.525>



Dentre as elaborações contemporâneas do conceito, a perspectiva proposta pela filósofa norte-americana Judith Butler em seus livros *Vida Precária* (2019 [2004]) e *Quadros de Guerra* (2015 [2009]) pode ser destacada como um dos principais desenvolvimentos da ideia, sobretudo no sentido de oferecer uma compreensão dos enquadramentos dentro de uma perspectiva dinâmica e tensional. Ao mesmo tempo, a proposta de Butler parece se caracterizar por sua localização dentro de uma perspectiva que articula as produções midiáticas, sobretudo jornalísticas, ao estabelecimento dos sentidos e das afetações que regulam o aparecimento e a avaliação moral de formas de vida, condicionando a possibilidade de existência de grupos em condições historicamente subalternizadas.

No livro *Vida Precária*, Butler (2019) menciona uma série de narrativas jornalísticas com o intuito de conectar duas ideias: a) nossas experiências, vividas em situações comunicacionais específicas, são organizadas por esquemas interpretativos que ordenam a inteligibilidade e a legibilidade do que vivemos, além da maneira através da qual iremos compartilhar o que foi vivenciado; b) a produção de enquadramentos midiáticos, sobretudo aqueles configurados pelas imagens e relatos jornalísticos, podem definir, ao reiterar determinados esquemas interpretativos moralizantes, quais vidas serão apreendidas e reconhecidas como dignas de consideração. A partir de artigos publicados em jornais norte-americanos, sobretudo o *The New York Times*, Butler apresenta várias questões acerca da desumanização das vidas de pessoas geralmente vistas como “estranhas”, “inimigas”, “ameaças”, a partir de como aparecem e da regulação de seus modos de aparecimento (ou desaparecimento) nos discursos que circulam e constituem a esfera pública. Ao comentar sobre a inexistência de obituários e narrativas jornalísticas¹ que pudessem acolher “as vidas muçulmanas” (2019, p. 32) “as vidas queers” (2019, p. 55), Butler deseja evidenciar que os enquadramentos que organizam nossas experiências intersubjetivas estão sendo entrelaçados a enquadramentos que circulam na esfera de aparecimento midiático de modo a alimentar uma forma de violência desumanizante que interfere na dimensão interdependente dos vínculos que mantêm nossas formas de vida e nossa vida em comum.

O diálogo que Butler estabelece com Erving Goffman (2012) se aproxima da primeira ideia mencionada acima, ou seja: as experiências que nos constituem, ao mesmo tempo, como sujeitos e como sociedade, são articuladas através da maneira como lemos e interpretamos os gestos, as ações e as palavras de nossos interlocutores em contextos sociais e históricos particulares. Para isso, quadros e esquemas são partilhados culturalmente, orientando-nos na apreensão, na interpretação e na produção de uma resposta adequada à interpelação que os outros nos dirigem. Goffman

(2002) busca evidenciar como, em nossas relações comunicativas cotidianas, há um jogo de poder que define a mobilidade e a modificação dos enquadramentos elaborados para definir como interlocutores apreendem, escutam e respondem à interpelação que lhes é endereçada.

Há uma narrativa examinada por Goffman (2002) que nos chama a atenção por permitir outra interface com as reflexões de Butler. Ele narra que, no ano de 1973, depois de uma cerimônia de assinatura de lei no Salão Oval da Casa Branca, o presidente Nixon interpelou a jornalista Helen Thomas (a única jornalista a acompanhar de perto e cobrir os eventos da agenda política do presidente), fazendo uma piada sexista acerca de ela estar usando calças. Na sequência, ele pede que ela dê uma voltinha diante dos homens presentes na sala e pergunta a ela se seu marido aprovaria que ela usasse roupas que marcavam o contorno de seu corpo. Na análise de Goffman, Nixon altera o enquadramento da situação e endereça-se aos homens presentes na sala, constringendo a jornalista e ativando uma série de esquemas avaliativos morais que revelam como “mulheres podem se tornar objeto de atenção e julgamento apenas, deixando de ser percebidas como agentes autônomas e soberanas (2002, p. 110).

A utilização e a modificação de enquadramentos que orientam os sujeitos em suas experiências intersubjetivas é um jogo que não delimita apenas a percepção social da alteridade, mas também produz e reproduz códigos morais que se entrelaçam com formatos narrativos e discursivos destinados a configurar a esfera de aparecimento dos sujeitos. É esse movimento de aproximação entre Goffman e Butler que pretendemos evidenciar neste artigo. A reflexão desenvolvida é de cunho teórico e dialoga com outras pesquisas já realizadas pelos autores (Martino, 2009, 2021; Marques & Martino, 2020; Martino, Amá & Marques, 2021). Buscamos também evidenciar como os textos mais recentes de Butler apresentam uma preocupação com a performatividade² ética dos quadros morais que regulam a vida coletiva e a esfera de aparecimento das vidas que merecem ser protegidas.

Assim, a primeira parte do artigo é dedicada a uma exploração das principais dimensões da abordagem de Goffman sobre o conceito de enquadramento, destacando-o como uma construção comunicacional, situada, marcada por jogos de interpelação em que assimetrias, violências e mútua observação constituem entendimentos partilhados acerca do que está acontecendo em dada interação e orientam os sujeitos em suas demandas e elaboração de respostas.

A segunda parte é dedicada a evidenciar como Butler dialoga com a abordagem de Goffman acerca de como os enquadramentos assinalam posições de

poder, indo além ao acrescentar que os quadros orientadores de nossas experiências intersubjetivas se alinham com os enquadramentos midiáticos no sentido de avaliar e julgar moralmente as vidas e os vivos. Nossa aposta é a de que as possíveis interfaces entre Butler e Goffman encampam, sobretudo, a maneira como ambos tematizam a relação entre enquadramentos e formas de poder e controle. Segundo Butler (2015, p. 14), os enquadramentos são operações de poder: “não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”. Para ela, “não há vida e morte sem relação com um determinado enquadramento” (2015, p. 22). Ambas nos são apresentadas dentro de molduras específicas que não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecê-las e a identificá-las, mas constituem condições que lhes conferem suporte e legitimidade. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadramento moldam os quadros de sentido como uma orientação para a interpretação e para a apreensão e avaliação de uma vida. Goffman assinala que impor e alterar enquadramentos é um gesto político delicado e que cada tentativa de alterar o jogo conflitivo traçado em torno da disputa pela predominância de enquadramentos é um ato de poder: “cada definição da situação, cada aplicação continuada de um quadro costumeiro, parece pressupor e contar com um conjunto de forças motivacionais e, mediante medidas extremas, qualquer equilíbrio parece sujeito a romper-se. Ser capaz de alterar esse equilíbrio à vontade representa o exercício de um poder” (2012, p. 543).

De maneira a explorar essa atuação do poder através da elaboração de enquadramentos, a terceira parte do texto é destinada a ressaltar como a abordagem de Butler dialoga com a produção jornalística ao mencionar o papel das imagens como potenciais agentes de reprodução de esquemas normativos de inteligibilidade voltados para estabelecer quais vidas e modos de vida serão dignos de proteção, escuta e reconhecimento.

Concordamos aqui com as reflexões de Lage (2018) e Sepulveda (2022), que confere destaque à abordagem ética e estética de Butler ao tematizar as operações de violência postas em cena pelos esquemas de legibilidade definidos por enquadramentos hegemônicos do jornalismo. Sepulveda argumenta que “o jornalismo, em seus movimentos ético-políticos sobre o visual, atua como peça ou maquinário performativo que regula o inteligível e o enlutável” (2022, p. 245). Acreditamos também que as instituições, os profissionais, as narrativas e os modos de fazer ligados ao jornalismo podem ser criticamente avaliados a partir de como

elaboram enquadramentos que não apenas definem e constroem as situações e experiências, mas também oferecem algumas definições mais legítimas do que outras, sustentadas por profundas desigualdades.

A PERSPECTIVA SITUACIONAL DO ENQUADRAMENTO

A concepção goffmaniana, enquanto devedora das primeiras perspectivas trabalhadas por Gregory Bateson (1954), apresenta dimensões próprias, ligadas, em boa medida, às preocupações do autor na observação e compreensão das relações sociais a partir de uma escala micro. Para Bateson (1954), os indivíduos experimentam processos de aprendizagem que lhes permitem comunicar e interagir através da manifestação de um conteúdo e, ao mesmo tempo, da expressão de sinais sobre o tipo de relação que estabelecem ou pretendem estabelecer um com o outro. Assim, ao combinarem pragmaticamente conteúdos explícitos com gestos e sinais que tematizam a relação em jogo, os sujeitos elaboram pistas intersubjetivas de como devem agir, abrindo algumas possibilidades interacionais e fechando outras. Segundo ele, é o enquadramento que permite compreender a situação ali delineada, assim como as regras implícitas e instruções que orientam as ações dos sujeitos e seu envolvimento recíproco³.

Goffman, no início dos anos 1970, já era um autor consagrado na Sociologia, e se dedicava ao tema das interações sociais há cerca de duas décadas quando efetivamente se debruça sobre o problema do enquadramento. O tema parecia se revestir de especial importância para ele: o livro no qual estuda detalhadamente o assunto, *Frame Analysis*, traduzido em português como “Os quadros da experiência social”, é um de seus poucos livros planejados como tal – boa parte dos outros são coletâneas de artigos publicados em revistas especializadas. Em “Os quadros da experiência social”, Goffman (2012) parece tentar oferecer uma síntese teórica, e até certo ponto metodológica, dos princípios que guiaram boa parte de suas pesquisas até então. Ele usa o conceito de quadros da experiência a fim de revelar como, em todo processo comunicativo, a organização das mensagens e experiências pode afetar a produção de sentidos e de ações a elas associadas. O enquadramento organiza um conjunto de princípios regem a interpretação de acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles. São esses princípios conformadores que permitem a definição da situação pelos sujeitos.

O pressuposto parece se dirigir para a perspectiva de que as interações sociais se definem, em primeiro lugar, por um aspecto cognitivo reflexivo, no qual cada uma das pessoas dentro de uma situação pauta

suas atitudes e reações a partir do que consegue compreender (1) das atitudes do outro e (2) do contexto imediato no qual uma determinada interação ocorre. A relação entre esses dois termos é constituída por um questionamento, raramente verbalizado, a respeito de qual é a definição correta – o enquadramento – de uma situação.

Assim, para Goffman (2012), o enquadramento pode ser definido inicialmente como sendo a moldura (*frame*) utilizada por uma pessoa para atribuir sentido a uma determinada situação. No entanto, essa metáfora pictórica talvez não contribua muito para se pensar em termos de operacionalização metodológica se não for levado em consideração o fato de que essas referências não são dadas, mas socialmente construídas.

Nesse aspecto, Goffman se insere dentro da perspectiva de certo construtivismo social, mas distancia-se voluntariamente de Berger e Luckmann (2014), então referências sobre o assunto. É questionável, inclusive, em que medida a proposta de Goffman efetivamente compartilha alguma coisa com o modo de pensar construtivista, sobretudo em sua base fenomenológica, como ressaltam alguns autores (Van Gorp, 2007; França, 2011).

É talvez nesse sentido que Schutz (1972) tenha indicado as pressuposições sociais do cotidiano como um fator de relevância na compreensão dos sujeitos a respeito do que definiriam como sua realidade. Em seu trabalho, comenta como se dá a criação de uma realidade social por meio de símbolos e ações humanas, tentando lançar luz na questão de ações simples terem interpretações tão diversas:

O mundo da vida cotidiana, o mundo do senso comum, ocupa um lugar privilegiado entre as várias províncias da realidade, já que somente dentro dele é que se torna possível a comunicação com nossos semelhantes. Mas o mundo do senso comum é, desde o início, um mundo sociocultural e as muitas questões ligadas à intersubjetividade das relações simbólicas originam-se nele, são por ele determinadas e encontram nele sua solução. (Schutz, 1972, p. 294)

Em Goffman (2002, 2012), o enquadramento não ocorre no momento da relação intersubjetiva da qual emerge algo que pode ser chamado de “realidade social”, mas como um pressuposto desse momento previamente delimitado pelos sujeitos dessa interação. Ao mesmo tempo, ele não deixa de lado o fato de que as referências dos atores envolvidos na interação, e responsáveis pelo enquadramento, são socialmente adquiridas ao longo de uma trajetória específica. Os quadros de sentido utilizados pelos atores envolvidos em uma interação efetivamente são, portanto, vincula-

dos às experiências dos sujeitos e definem previamente quais serão os significados da interação por vir. “Os quadros não são inventados pelo sujeito, mas mobilizados na interação comunicativa, dependendo, pois, da existência de sentidos partilhados” (Mendonça & Simões, 2012, p. 189). Assim, a noção de enquadramento evidentemente não deixa de lado a perspectiva de uma “construção social” da realidade, mas pontua que esse processo tem início antes do estabelecimento de uma interação qualquer, sendo fruto de uma história e no posicionamento subjetivo em um determinado momento.

Um quadro seria delimitado pelas referências utilizadas para estabelecer quais são os componentes daquele momento, como o cenário no qual essa interação ocorre, quem está participando e de que maneira cada uma dessas pessoas define a si mesma, e aos outros, no decorrer dessa interação. Nesse aspecto, Goffman (2012) resume o princípio da noção de enquadramento como sendo uma ação mutuamente referenciada dos indivíduos para definir o que pode estar acontecendo em um momento específico.

[...] os enquadramentos (o uso dos quadros de sentido) nos auxiliam a viver as ações do dia a dia, a interagir, mas também a lidar com fatos externos, a construir e encaixar novas ocorrências dentro de certo padrão de inteligibilidade. A significação de um acontecimento se dá e se constrói situando-o dentro de um quadro de referências e de valores já estabelecidos, ligando-o a certas questões e sentidos, organizando-o conforme certos princípios. (França, 2011, p. 68)

Parece trivial, mas a resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?” pode ser complexa. Isso porque as pessoas, ainda que estejam no mesmo lugar, na mesma hora e testemunhem os mesmos acontecimentos, terão lugares de observação diferentes. Isso não significa que cada sujeito cria ou inventa seus próprios enquadramentos, desvinculados de um entorno social, político e cultural, mas chama a atenção para o fato de que a maneira como apreendemos os acontecimentos é atravessada por afetos, memórias e saberes particulares. Essas experiências anteriores, longe de estarem presas ou restritas ao passado, parecem se constituir como poderosos elementos na formação de expectativas a respeito dos acontecimentos presentes, ou mesmo em relação às perspectivas futuras. Nesse sentido, um enquadramento está sempre ligado às referências empregadas pelos sujeitos para definirem uma situação específica, e, por isso mesmo, cada enquadramento tem sua validade delimitada, espacial e temporalmente, pela aplicação de um conjunto geral de referências a um momento particular.

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (Goffman, 2012, p. 34)

Desse modo, seria possível pressupor a existência de vários enquadramentos diante de uma mesma situação. No entanto, essa afirmativa poderia rapidamente se aproximar da noção do senso comum a respeito de uma suposta singularidade de opiniões e pontos de vista (“cada um pensa de um jeito”). A noção de enquadramento, em Goffman, parece buscar superar essa ideia demonstrando que as referências a partir das quais se atribui sentido a uma situação podem ser amplamente compartilhadas: frutos de um aprendizado social, essas referências são compartilhadas por todas as pessoas ligadas, com mais ou menos intensidade, a um determinado grupo – sendo, portanto, expostas às mesmas referências.

Na esteira da perspectiva construtivista, no diálogo tensional que mantém com ela, Goffman (2012) entende a “realidade” como algo definido na interação entre interlocutores, a situação imediata que os cerca e suas referências, não em termos de algo palpável ou objetivo em si. Por isso, tentar entender o que está acontecendo a partir da noção de “realidade” parece não bastar para compreender o mundo social, sobretudo na medida em que grupos diferentes tendem a construir enquadramentos diversos nos quais a “realidade” de um não converge necessariamente com a de outro.

Esse processo, descreve Goffman (2012, p. 71), se utiliza de recursos para a formação do quadro. Três deles são essenciais: (1) os esquemas ou quadros primários, os tons (*keys*, “conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo muito diferente”); (2) os posicionamentos subsequentes, ou *footings* (o que o repertório da pessoa a ajuda a entender ou ler de determinada situação), e (3) as faixas ou *strips* (o recorte feito pelo indivíduo faz do que está vendo, na definição de quais elementos, e como, pertencem a uma situação).

Como estabelece Goffman (2012), os esquemas primários são uma espécie de primeira camada da percepção inicial do sujeito, perspectivas enquadradas a partir de referências oriundas do social. Seu papel é

permitir “ao usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos” (2012, p. 45). É um quadro que a pessoa emprega sem notar e lhe permite interpretar a realidade imediata, dando “significado àquilo que de outra forma seria um aspecto insignificante de uma cena” (2012, p. 45). Esses quadros são construídos e alterados socialmente dentro de contextos que os tornam compreensíveis de forma coletiva e, ao mesmo tempo, permitem sua utilização na singularidade de uma relação protagonizada por um ator individual.

“Tendemos, portanto, a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários, e o tipo de esquema que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado”, explica Goffman (2012, p. 49), e essas estruturas primárias ajudam as pessoas a se entenderem em determinados contextos. Vale notar que um quadro primário pode se alterar uma vez que lhe é conferido um tom diferente. Uma demonstração, na qual se observa em que medida Goffman se apresenta também como devedor de Bateson são as lutas simuladas, em tom de brincadeira, que até animais, como lontras e macacos, fazem. Ao olhar para a cena, a estrutura primária diz “luta”. Detendo-se mais sobre o momento, é possível notar que não há uma disputa real, e o esquema primário de representação “luta” é então modificado para “brincadeira”, um tom de cena diferente. Ele “modifica completamente aquilo que um participante diria que está ocorrendo” (Goffman, 2012, p. 73).

Essa transformação, no entanto, nem sempre é imediatamente compreendida por todos os participantes de uma situação, e pode se apresentar como especialmente difícil para um observador externo que desconheça as minúcias, sutilezas e particularidades de uma dada interação. Mais ainda, é necessário que todos os participantes, efetivamente, compartilhem não apenas da percepção do esquema primário, mas estejam atentos às modulações existentes no sentido de acompanhar as transformações; quando isso não ocorre, pode ser necessária uma interrupção na situação para, em termos quase metalinguísticos, reestabelecer a compreensão mútua (“você está falando sério?”; “isto é brincadeira?”) e permitir que a situação retome um curso.

De acordo com Goffman (2012), embora a busca pela definição de uma situação necessariamente envolva todos os participantes, nenhum deles efetivamente é capaz de indicar “o que está acontecendo” sem o compartilhamento dos outros. E, mais ainda, não se trata de uma definição nova e individual, o que impediria, de saída, sua compreensão, mas de algo previamente entendido, ao menos em parte, pelos envolvidos.

Minha perspectiva é situacional, o que significa aqui uma preocupação com aquilo a que um indivíduo pode estar atento em determinado momento, e isto muitas vezes envolve outros indivíduos determinados, e não se restringe necessariamente à arena mutuamente controlada de um encontro face a face. (Goffman, 2012, p. 30)

Procura-se, dessa maneira, evitar tanto posições dentro de um extremo subjetivista em relação às definições do real (“cada um vê as coisas de uma maneira”) quanto em relação a uma perspectiva que ressalta um suposto caráter objetivo (“as coisas são como são”), deixando de lado a ponte feita pelo enquadramento entre sujeito e alteridade mediada por uma situação específica. “As definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos - pelo menos os sociais - e o nosso envolvimento subjetivo neles” (Goffman, 2012, p. 34).

Nesse contexto, em sua disseminação, os enquadramentos podem se tornar “princípios epistemológicos”, como aponta Carvalho (2011, p.10), uma vez que “estão sujeitos a variações não somente em função dos olhares diferentes, mas também das negociações que cada interação aciona.” As informações culturais que cada um traz consigo, aliadas às mediações institucionais e às maneiras como aqueles à sua volta percebem os acontecimentos, têm um peso na definição do que vai ser percebido e lido. Consequentemente, nossa capacidade ética de ação e resposta aos acontecimentos orienta-se a partir de apreciações morais que fazemos a partir de indicações presentes nos enquadramentos.

APROXIMAÇÕES ENTRE GOFFMAN E BUTLER

Em certa medida, o conceito de enquadramento gerou uma complexa descendência, de maneira que seria possível encontrar desdobramentos em várias direções e sentidos (Mendonça & Simões, 2012). Ao que parece, no entanto, seria difícil ver uma unidade no conjunto desses trabalhos. Do mesmo modo, um recenseamento ou levantamento das operacionalizações do conceito requer um espaço muito mais amplo do que os limites de um artigo. Por isso, aqui, busca-se uma revisão específica, levada a efeito por Butler em trabalhos recentes.

Dentre os estudos pós-goffmanianos de enquadramento, as perspectivas adotadas por Butler parecem se destacar, não apenas por sua abrangência, mas também pelos novos direcionamentos propostos em relação ao conceito. De fato, em pelo menos duas de suas obras, a noção alcança desenvolvimentos inéditos, não apenas em relação às suas operacionalizações inter-

pretativas, mas também em termos de um aprofundamento de suas raízes. Talvez não esteja de todo errado, inclusive, sugerir que a perspectiva de enquadramento encontrada em Butler, de certa maneira, propõe uma modulação do conceito dentro de uma nova chave interpretativa. Em linhas gerais, enquanto a noção original de Goffman, como visto, pode ser situada dentro de um foco da sociologia do conhecimento, Butler parece localizar o conceito a partir de uma tradição que dialoga com a hermenêutica, em termos gerais, e com uma investigação em torno da ética da responsabilidade a partir das imagens, em um aspecto mais restrito.

Em *Vida Precária*, Butler (2019) indica quais são as condições de vulnerabilidade amplificadas pela ameaça e pelo desrespeito às necessidades básicas de sobrevivência e dignidade humana. Segundo ela, a visibilidade da vida precária, quando construída a partir de enquadramentos de controle majoritariamente produzidos e legitimados pelo Estado neoliberal, gera esquemas interpretativos que tendem a destacar tais situações de opressão como corriqueiras, contribuindo para definir quais vidas são dignas de serem lamentadas.

Assim, quando falamos sobre enquadramentos nesse sentido, não estamos falando simplesmente de perspectivas teóricas que trazemos para a análise da política, mas sim de modos de inteligibilidade que favorecem o funcionamento do Estado e que, assim, constituem, eles próprios, exercícios de poder mesmo quando excedem o âmbito específico do poder estatal. (Butler, 2015, p. 213)

Assim, Butler não só considera importante conhecer os termos, as convenções e as normas gerais que atuam na produção de enquadramentos que nos permitem compreender as situações comunicativas (como faz Goffman), mas também chama a atenção para o modo como discursos midiáticos fabricam quadros destinados a moldar as “condições de reconhecibilidade” (2015, p. 37) de sujeitos e grupos. As categorias e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam passível o ato do reconhecimento propriamente dito. “Não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada, e esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e a identificar a vida, mas constituem condições que dão suporte para essa mesma vida” (Butler, 2015, p. 44).

É sintomático observar, de saída, que Butler intitula originalmente seu livro como *Frames of War*, destacando, já no título, o comprometimento com a ideia de “quadros” ou “enquadramento”, como a tradução brasileira destaca. No entanto, Goffman é por ela men-

cionado em uma nota de rodapé⁴, na qual ela apresenta sua aproximação ao autor – daí a possibilidade de se pensar até que ponto Butler não procura, em certa medida, romper com uma tradição de estudos – não necessariamente com Goffman em si, mas com uma tradição de estudos de enquadramento pós-goffmanianos que, seguindo em uma trilha marcadamente destinada à compreensão das relações entre a circulação midiática de informações e a formação de quadros de sentido, parece ter dedicado um espaço consideravelmente menor ao exame das maneiras como o enquadramento se articula com uma ética da responsabilidade, seja em termos da circulação de imagens, já em termos do conhecimento formado a partir delas.

Butler (2015) dialoga com Goffman quando aponta a relacionalidade como dimensão normativa de nossas vidas sociais e políticas, apostando em outras possibilidades de interdependência e de alianças como formas de ação política capazes de questionar discursos que estabelecem os limites da inteligibilidade do que pode ser considerado humano. O enquadramento de Goffman é utilizado por Butler para ajudá-la a definir modos de relação, de mútua apreciação e julgamento, nos quais há uma repetição de discursos de desumanização das vidas e das mortes. Não é seu objetivo estudar os gestos significativos da interação mutuamente referenciada, mas evidenciar como enquadramentos da situação se entrelaçam com esquemas normativos que definem esquemas de inteligibilidade para, de maneira implícita, atuar em operações através das quais o discurso público é construído. Enquadramentos produzem “diferentes maneiras de esculpir seletivamente a experiência” (Butler, 2015, p. 47) e orientam a afetação em relação à condição diferenciada de vidas que se encontram em condições precárias. Assim, os atos interpretativos, como já apontava Goffman, não surgem como atos espontâneos de mentes isoladas, “mas como uma consequência de certo campo de inteligibilidade que ajuda a formar e a enquadrar nossa reação ao mundo invasivo (um mundo do qual dependemos, mas que também nos invade, exigindo uma reação de formas complexas e, às vezes, ambivalentes)” (Butler, 2015, p. 59).

Para Goffman (2002, 2012) o enquadramento se refere a uma ideia “implícita” que permite que os sujeitos em interação (e mesmo seus observadores) reconheçam, entendam e esboquem uma reação diante daquilo que acontece com eles em uma determinada situação. Assim como alterações culturais e relacionais se processam com o tempo e as condições situadas, *enquadramentos* são dinâmicos e só podem ser compreendidos a partir da situação em que a interlocução ocorre. Trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Sob esse aspecto, enquadramentos podem ser aceitos, negociados ou rejeitados pelos interlocutores.

Butler (2015) retoma a preocupação que Goffman (2002) tinha com as assimetrias de poder envolvidas no enquadramento de situações e também dos atores que delas fazem parte. Diferentes atores disputam pela prevalência dos esquemas interpretativos que orientam as relações situadas e alguns são mais bem posicionados e menos vulneráveis nessa disputa, conseguindo alterar tais esquemas com maior facilidade e sem serem questionados. Goffman chama a atenção para as relações de força que produzem e legitimam certos enquadramentos, evidenciando estigmas, preconceitos e o desprezo a certas posições de sujeito.

Esse aspecto da obra de Goffman parece interessar particularmente a Butler, uma vez que, para ela, a teia relacional e material que nos sustenta e define nosso grau de exposição à precariedade é diretamente afetada pela maneira como enquadramentos nos afetam e orientam nosso julgamento moral e nossas respostas diante de injustiças. Por isso, enquadramentos são por ela descritos como “molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como susceptível de ser perdida ou lesada” (2015, p. 14). Tais operações de poder interferem nas condições de aparição e consideração dos sujeitos, porque delimitam mecanismos específicos mediante os quais uma forma de vida é apreendida e avaliada.

Ao apontar as “vulnerabilidades da experiência”, Goffman (2012, p. 534) fornece outro ponto de contato para a abordagem de Butler, uma vez que ele afirma que, em uma relação, sujeitos são vulneráveis a serem enredados, descreditados, injuriados e humilhados pelos outros. E, não raro, essas vulnerabilidades são geradas pelos enquadramentos, que atuam modelando nossas reações morais e afetos diante de acontecimentos, regulando o que sentimos e as condições de apreensão desse sentimento. “Existem, portanto, pontos fracos na vida social, nos quais os participantes se tornam mais vulneráveis do que habitualmente ao engano e à ilusão, a uma relação incorreta com os fatos e a um desalinhamento em face da experiência” (Goffman, 2012, p. 562).

OS ENQUADRAMENTOS E AS DINÂMICAS ESTÉTICAS E POLÍTICAS DA CIRCULAÇÃO DE IMAGENS

Ao comentar, no livro *Vida Precária* (2019, p. 172), as fotografias jornalísticas que foram escolhidas para compor a capa do jornal *New York Times* no final do ano de 2003, Butler destaca como o veículo escolheu mostrar o rosto de meninas afegãs que haviam tirado suas burcas a partir de um enquadramento específico: o triunfo da cultura norte-americana sobre um símbolo de atraso e sujeição. Os rostos sorridentes proviam,

segundo Butler, uma razão para fazer prosseguir a guerra, justificavam a violência. E, por mais que trouxessem a face de mulheres que vivem em condição de grande vulnerabilidade continuamos sem saber quem elas são, como é seu cotidiano, o que sentem e como sobrevivem. Além disso, a guerra dos EUA contra o Afeganistão não ocorreu em nome da libertação feminina. Nesse caso, a face figurada nas imagens são representações em favor da violência e da máquina de morte.

Em *Quadros de Guerra*, Butler endereça diretamente a questão da ética do enquadramento ao trabalhar com imagens, de ampla circulação na mídia, retratando situações de vulnerabilidade e desrespeito à dignidade humana. Ao comentar as fotografias de prisioneiros árabes-muçulmanos nas prisões norte-americanas de Guantánamo e Abu Graibh, Butler faz menção ao modo como a circulação de imagens de violência e tortura perpetradas contra os prisioneiros são veiculadas na internet, às vezes produzidas pelos próprios agentes, levantando diversas questões a respeito não só do que estava acontecendo, mas também da maneira como isso chegou ao conhecimento do público e na cena de visibilidade das narrativas jornalísticas. Enquadramentos interferem nas condições de vulnerabilidade dos sujeitos, limitam ou amplificam as possibilidades de serem reconhecidos, modelando seletivamente a experiência da alteridade.

Esse é o ponto de partida utilizado por Butler para discutir a noção de enquadramento sob uma perspectiva ética, situando a noção dentro de uma formulação concreta em relação à visualidade da imagem. É interessante notar que o próprio Goffman raramente utiliza imagens para exemplificar a ideia de enquadramento que, a rigor, tem uma conotação marcadamente visual. É possível que o desenvolvimento desse conceito seja um eco longínquo das atividades de Goffman no *Canadian Film Institute*, onde trabalhou na juventude. Dentro de sua concepção dramaturgicada da vida social, Goffman retoma essa perspectiva dos enquadramentos da imagem em *Gender Advertising* (“Propaganda de gênero”), seu último livro publicado em vida⁵.

Butler, em *Quadros de Guerra*, parece retomar essa reflexão feita por Goffman, buscando ver na cena de aparecimento em que circulam as imagens, situações de flagrante desrespeito à vida e a formas de vida consideradas moralmente ameaçadoras. O enquadramento, como visto, está longe de ser um aspecto formal da construção de uma imagem; ao contrário, é um importante definidor de seu conteúdo, das maneiras como uma determinada formulação será produzida, compartilhada e recebida. Butler (2019) enfatiza que, de um lado, a mídia faz imagens de injustiça circularem para além de contextos mais restritos e, de outro, enquadra existências de modo a obscurecer suas vulnerabilida-

des e condições de injustiça, de modo a oferecê-las a nosso olhar a partir de registros que não permitem que escutemos de fato a voz do outro.

Os esquemas interpretativos produzidos pelos dispositivos e regimes de visualidade que criam imagens dificultam a formação de uma responsabilidade ampliada. Contudo, não se trata de substituir enquadramentos pejorativos por enquadramentos menos injustos. Para Butler, “a realidade não é expressa por aquilo que está representado no interior da imagem, mas sim por meio do desafio à representação que a realidade entrega.” (2019, p. 128) Dito de outro modo, contestar a perspectiva hegemônica requer tanto uma pluralidade de quadros de sentido, quanto uma habilidade para desmontar as normas morais que orientam a produção de enquadramentos “através dos quais o discurso e a representação visual articulam nossa capacidade de resposta ética ao sofrimento” (Butler, 2015, p. 119).

Butler questiona como as imagens midiáticas que circulam amplamente são utilizadas a serviço de uma guerra que oprime as alteridades, criando personalizações do terror, da tirania, da vilania ou da bondade, da empatia e da hospitalidade. Em sua abordagem aparece a preocupação com a maneira como narrativas jornalísticas ajudam a compor e definir arranjos institucionais capazes de selecionar, avaliar, rotular e até mesmo inviabilizar e tornar inaudíveis o aparecer dos sujeitos e de suas demandas. Para ela, as imagens em si não definem quem pode ou não ser considerado humano, uma vez que muitas vezes elas nos apresentam “o rosto humano em sua deformidade, em seu extremo, não aquele com o qual somos convidados a nos identificar” (Butler, 2019, p. 126). Nossos sentidos são afetados por imagens que controlam nossas percepções e orientam nossos julgamentos para que julguemos o outro a partir de critérios implícitos. Assim, questionar os enquadramentos envolve “uma luta no âmbito da aparência e dos sentidos, buscando a melhor forma de organizar a mídia a fim de superar as maneiras diferenciadas através das quais a condição de ser passível de luto é distribuída” (Butler, 2015, p. 255).

A última frase do livro de Goffman (2012) revela que, assim como Butler, ele também estava preocupado com a maneira como os enquadramentos capturam a alteridade dentro da imagem, desconsiderando que as diferenças não estão nunca onde nosso olhar pretende classificar e avaliar: “o outro, aos meus olhos, está sempre nas margens daquilo que vejo e escuto, ele está do meu lado, ao meu lado ou atrás de mim, ele não está naquele lugar que meu olhar esmaga e esvaíza de todo ‘interior’” (Goffman, 2012, p. 692). Ambos parecem se posicionar a favor de buscarmos elementos capazes de apontar para um tipo de resistência a formas de vida prontas, ao apagamento e desaparecimento dos sujeitos em narrativas que apenas “encaixam” os

indivíduos em molduras discursivas previamente arquivadas, capturando seus gestos, rotinas e corpos em operações consensuais, constrangimentos e submissões de toda ordem.

Nesse sentido, a compreensão da situação à frente do indivíduo exige uma organização da experiência, e “uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação” (Butler, 2018, p. 23). Esta organização descrita por Butler retoma a ideia goffmaniana de esquemas primários usados para descrever o que se passa.

A interpretação não surge como um ato espontâneo de uma mente isolada, mas como uma consequência de certo campo de inteligibilidade que ajuda a formar e a enquadrar nossa reação ao mundo invasivo (um mundo do qual dependemos, mas que também nos invade, exigindo uma reação de formas complexas e, às vezes, ambivalentes). (Butler, 2018, p. 59)

Um campo de inteligibilidade é desenhado a partir de esquemas interpretativos tácitos que mobilizam nossos afetos e sentidos, interferindo nas ordens discursivas que condicionam o legível e o ilegível, a interpretação possível e a impossível, as condições de escuta de um interlocutor que “só aparece para mim, só funciona para mim como outro, se há um quadro de referência dentro do qual eu posso vê-lo e apreendê-lo em sua separabilidade e exterioridade” (Butler, 2018, p. 82). Para Butler, os esquemas interpretativos interferem no que será chamado de realidade, alterando “o alcance do que vai ser percebido como existente” (2015, p. 103). Isso vale tanto para quem narra quanto para quem consome a narrativa.

Podemos pensar no enquadramento, então, como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível da operação. O que surge nessas condições é um espectador que supõe estar em uma relação visual imediata (e incontestável) com a realidade. (Butler, 2015, p. 112)

Sob essa perspectiva, os enquadramentos não apenas estão relacionados entre si, mas também constituem todo um arranjo em relação ao posicionamento dos sujeitos que os elaboram em suas experiências de fabulação a respeito da realidade; o posicionamento de um recorte, por parte da circulação mediada de imagens, não implica necessariamente sua constituição como referência única. Para Butler e Goffman, as categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem condições para que um indivíduo seja ou não estigmatizado condiciona seu reconhecimento e sua estima social. Ambos

afirmam que, quando o enquadramento colapsa, uma realidade que anteriormente era aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os regimes de violência e de aparência que procuravam controlar o funcionamento dos esquemas interpretativos que zelam pela vida em comum. Não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo para as imagens ou novos enquadramentos para situações de violência, mas também de trabalhar com interpretações já estabilizadas para mostrar seus possíveis pontos de fratura e as brechas que promoveriam outros imaginários políticos.

Butler interpela as narrativas jornalísticas buscando “enquadrar o enquadramento”, ou seja, buscando evidenciar as fissuras que indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, apreendemos e reconhecemos. Além disso, ela considera vital aprender “a enxergar o enquadramento que nos cega para aquilo que vemos” (2015, p. 148).

“Enquadrar o enquadramento”, questionar a moldura, significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa, o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade. (Butler, 2015, p. 24)

A maneira como Butler desenvolve sua crítica à noção de enquadramento considera que há um problema que não diz respeito apenas às operações discursivas da mídia e do jornalismo, mas também ao modo como as normas estruturam a vida social, definindo o que pode ou não ser reconhecido. Assim, ela aponta que o gesto de desenquadrar o enquadramento não se reduz a identificar o que está dentro ou fora dos frames, mas avaliar os arranjos que tornam possíveis essas separações. Tal argumento não tem o intuito de reforçar os efeitos estruturantes que o enquadramento possui sobre a realidade, mas deseja tornar os sujeitos mais atentos aos preconceitos, às naturalizações de arranjos morais considerados inquestionáveis (O’Gorman, 2015). Quando Butler afirma que é preciso “enquadrar o enquadramento”, seu intuito é chamar a atenção para o fato de ele pode ser remodelado, redefinido de acordo com as especificidades das experiências situadas de injustiça, contribuindo para a construção de respostas menos simbolicamente violentas às demandas vindas da alteridade. Esse gesto ético, político e estético permite às pessoas uma abertura à reflexão acerca de seu próprio papel nos processos de discriminação. Assim, “desenquadrar o enquadramento” é um trabalho que põe em xeque os pressupostos avaliativos do quadro ocidental dominante, porque destaca sua instabilidade

discursiva e seus limites para nos oferecer elementos capazes de contribuir para uma imaginação política transformadora.

É importante destacar que enquadramentos atuam em arranjos formados pelo entrelaçamento de crenças subjetivas e institucionais, compondo redes complexas de ações, discursos, normas e valores (Monteiro & Bressan, 2021; Shulman & Sweitzer, 2018; Wadhwa, Kim, Chattopadhyay & Wang, 2019). Por isso, o que está em jogo no questionamento das molduras é a promoção de outra forma de estruturação do “pensável”, envolvendo a alteração de um regime de percepção, leitura e escuta, por meio do qual elementos diversos se justapõem e se atritam de modo a permitir um deslocamento de posição em relação ao modo como apreendemos, percebemos e respondemos às demandas do outro e aos eventos do mundo.

De acordo com Sepulveda (2022), as reflexões de Butler contribuem com a prática jornalística no sentido de instigarem a produção de narrativas textuais e imagéticas que interpelem o espectador a olhar com mais cuidado o que apresentado como estranho ou intolerável. Contudo, isso não significa legitimar a validade de todos os apelos que ganham visibilidade, pois muitos deles estão editados segundo interesses privados que, não raro, revitimizam os sujeitos (Lage, 2018). Ao mesmo tempo, argumentamos que gesto de produzir aparecimento por meio dessas narrativas se dá no encontro entre o gesto do fotógrafo, a cena enquadrada na imagem (em constante operação), a mediação do veículo jornalístico, a circulação e a implicação do espectador na imagem. A articulação entre esses elementos requer um tipo de performatividade ética que pode abrir brechas para novas formas de perceber as alteridades que nos interpelem e que recusam a violência que atua por meio do enquadramento no jornalismo. Tal performatividade ética busca fazer aparecer o inesperado em narrativas jornalísticas humanizantes, que desorganizam e perturbam o que é dado como definitivo, possibilitando a criação de outras cenas (ou interpretações da mesma cena) por grupos e sujeitos em suas lutas por reconhecimento.

É nesse sentido que as ideias de Goffman e Butler nos convidam a desmontar e recusar esquemas interpretativos naturalizados, buscando abrir planos de conexões e desconexões que não realizem expectativas de legibilidade, trazendo ao olhar do espectador uma indecidibilidade que o torna sensível a aspectos que antes não seriam objeto de contemplação ou consideração. Partindo de Goffman, a perspectiva de Butler confere destaque à imagem jornalística e mostra que ela pode tanto controlar a distribuição do visível e do pensável, quanto oferecer uma potência política de

transformação se ela puder explicitar e duvidar das relações e operações que a definem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura proposta por Butler mostra que, por lado, considerar situações comunicacionais a partir dos enquadramentos, torna mais fácil, como argumentava Goffman, compreender o jogo de sentidos que posicionava os interlocutores. Contudo, a seleção de alguns elementos em detrimento de outros, leva à perda de detalhes e nuances. Se Goffman nos instigava a uma contemplação atenta das ações e comportamentos na cena interativa, Butler nos oferece uma crítica à maneira como narrativas jornalísticas frequentemente atuam junto aos quadros de sentido da experiência de modo a assegurar que a interpretação, de antemão formulada, seja projetada sobre a situação. Segundo ela, “não precisamos mais entender, apenas julgar” (2015, p. 206).

A maneira como Butler analisa narrativas e imagens escolhidas pelos veículos jornalísticos para organizar os acontecimentos revela, em diálogo com Goffman, que o aparecimento diante do outro (seja ele face a face ou mediado pela cena de visibilidade pública) e a sobrevivência estão relacionados. A prática jornalística contribui para reiterar normas morais injustas, mas pode também atuar em prol da elaboração de enquadramentos que nos tornem sensíveis ao apelo ético da alteridade. Butler (2015) e Goffman (2002) apontam em seus trabalhos que a forma como vamos apreender e responder a esse apelo depende de como ele é formulado e enquadrado, de quais afetos são mobilizados na produção e na receptividade de quadros de sentido e de como os interlocutores aprendem a criar táticas de enfrentamento aos constrangimentos de poder. E, como evidencia Goffman, enquadramentos estão pautados por afetos, crenças e valores compartilhados em nossas experiências situadas, que sempre se organizam entrelaçadas às narrativas midiáticas.

É assim que a força da abordagem de Butler está também voltada para como descobrir e apoiar modos de representação e aparecimento que permitam que a reivindicação de justiça seja feita e ouvida. Há uma possibilidade de que narrativas e imagens jornalísticas mobilizem alternativas para “estabelecer maneiras públicas de ver e ouvir que possam responder ao grito do humano dentro da esfera da aparência” (Butler, 2019, p. 178). Tal possibilidade é articulada pelo papel crítico desempenhado pelas narrativas jornalísticas, por seus autores e pelas instituições midiáticas quando se dedicam a tematizar enquadramentos coercitivos que restringem nosso entendimento e nossa escuta. “Enquadrar enquadramentos” no jornalismo implica mostrar e romper seus mecanismos de desigualdade, evidenciando suas limitações em produzir espaços

de avizinamento entre os sujeitos. Sob esse aspecto, acreditamos que narrativas jornalísticas podem criar cenas de aparecimento nas quais estarão em questão não apenas as condições violentas de produção de alguém, mas também a forma como cada um tem de assumir a responsabilidade de viver em interdependência, contestando os poderes e normas que interferem nos processos emancipatórios dessa elaboração.

Submetido em 15/07/2022

Aceito em 17/04/2023

NOTES

¹ Leal (2013) entende que as narrativas jornalísticas podem se configurar como um modo de compreender o mundo e torná-lo legível, conferindo-lhe sentido a partir de enquadramentos que misturam experiências e esquemas interpretativos compartilhados. A narrativa jornalística revela uma rede de significados, não reduzindo sua potencialidade à representação dos acontecimentos, pois abarca múltiplas textualidades como práticas sociodiscursivas historicamente situadas. Tais textualidades expressam processos de mútuos tensionamentos com temporalidades e espacialidades socialmente articuladas, em meio a clivagens e contradições, nas quais múltiplos atores sociais estão envolvidos em disputas de sentido e jogos de poder. As redes configuradas pelas textualidades orientam processos narrativos que dinamizam não só os enunciados e enunciações sociais, mas dialetizam os vínculos que configuram o tecido comum que nos une.

² Se considerarmos um breve panorama das reflexões de Butler acerca do conceito de performatividade, iremos perceber que, desde a publicação de *Problemas de Gênero*, na década de 1990, ela propõe pensar o sujeito como aquele que produz a si mesmo e ao outro a partir da reiteração de normas, mas que, nesse processo, produz desvios e rupturas. Sob esse aspecto, tanto as normas de gênero quanto as regras jurídicas e institucionais precisam ser revistas à luz do atual processo de subjetivação política, no qual a experimentação de outras formas de “estar juntos”, dão origem a performatividades que valorizam as singularidades das experiências e manifestações assimétricas da precariedade que torna as vidas desigualmente valorizáveis. A performatividade relaciona-se também ao modo como a linguagem age sobre nós (ser interpelado, chamado de certo nome) e as condições e possibilidades para o agir. Muitas vezes um ato de fala atua sobre nós antes mesmo de falarmos e, se assim for, nem sempre podemos falar por nós mesmos.

Em obras mais recentes, sobretudo os livros *Vida Precária* e *Quadros de Guerra*, Butler aposta na performatividade da interpelação ética, que abrange a vulnerabilidade a partir da interdependência criada em uma infraestrutura complexa de bens materiais e relações sociais capazes de assegurar uma vida vivível.

³ Importante salientar que, para Bateson (2002), os enquadramentos não são inventados pelos sujeitos, mas mobilizados na interação comunicativa, dependendo, pois, da existência de sentidos compartilhados. Seu conceito implica a existência de uma intersubjetividade fundante que permite a partilha do *enquadrê* e a definição da situação. É a atualização situacional de um conhecimento comum que permite que os sujeitos operem, em um nível metacomunicativo, com um conjunto de regras e normas guiando suas ações.

⁴ Na nota 4 da introdução do livro *Quadros de Guerra*, Butler comenta que sua leitura do conceito de enquadramento deriva de fontes analíticas e sociológicas apontando como marcantes as influências de Jacques Derrida (*The truth of painting*, 1975), Erving Goffman (*Frame Analysis*, 1974) e Michel Callon (“An essay on framing and overflowing”, 1998).

⁵ Analisando mais de quinhentas fotografias de homens e mulheres em interação nos anúncios publicitários, Goffman encontra várias regularidades: quando alguém ensina alguma coisa à outra pessoa, é o homem que ensina a mulher, mesmo que seja um garoto de seis anos “ensinando” a professora a utilizar um novo produto. Quando alguém é mais alto, é o homem que ocupa a posição superior. A única exceção é quando o viés de classe se interpõe, de modo que a mulher de classe alta aparece num plano superior, com seus serviços - garçons, jardineiros etc., - curvando-se perante a “patroa”, o que evidencia hierarquias sociais ritualizadas e, porque não assumidas nem colocadas em discussão, apresentadas como parte da “natureza”, como obviedades.

REFERÊNCIAS

- Bateson, G. (1954). A theory of play and fantasy. *Psychiatric Research Reports*, 2(1), 39-51. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/13297882/>, acesso em 21/04/2023.
- Butler, J. (2019). *Vida precária*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando uma vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, C. (2011). Aportes para a concepção do conceito goffmaniano de enquadramento e suas interconexões com a noção de contexto. *Anais do XX Encontro Compós*, Porto Alegre, pp. 1-15.
- Chong, D.; Druckman, J. (2007). Framing theory. *Annual Review of political science*, 10(1), 103-126. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054>
- Entman, R. (1993). Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- França, V. & Lopes, S. (2017). Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. *Matrizes*, 11(3), 71-87. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>
- França, V. (2011). O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio*, 10(1), 59-72. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/6052>, acesso em 21/04/2023.
- Gitlin, T. (2003). *The whole world is watching*. Berkley: University of California Press.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2002). Footing. In B. Ribeiro & P. Garcez (orgs.), *Sociolinguística Interacional* (pp.107-148). São Paulo: Loyola.
- Joseph, I. (1998). *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Kim, S.-H. (2019). Beyond framing: a forum for framing researchers. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 96(1), 12-30. <https://doi.org/10.1177/1077699018825004>
- Leal, B. (2013). Jornalismo à luz das narrativas. In B. Leal & C. Carvalho (Orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas* (pp.25-48). São Paulo: Intermeios.
- Lage, L. (2018). *Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas*. Florianópolis: Insular.
- Marques, A. & Martino, L. M. (2020). Entre o digno e o precário: enquadramento biopolítico de mulheres em fotografias jornalísticas sobre o Programa Bolsa-Família. *Bakhtiniana*, 15(1), 33-60. <https://doi.org/10.1590/2176-457339739>
- Martino, L. M., Ama, V. & Marques, A. (2021). Atravesamentos do tempo e do olhar na imagem jornalística de vidas precárias da “Cracolândia” (SP). *Brazilian Journalism Research*, 17(1), 452-487. <https://doi.org/10.25200/BJR.v17n2.2021.1367>
- Martino, L. M. (2021). *Dez lições sobre Goffman*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, L. M. (2009). *Teoria da Comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- Mendonça, R. & Simões, P. (2012). Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), 187-201. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>
- Monteiro, B. & Bressan, A. (2021). Framing effects of information on investment risk perception. *Revista Contabilidade e Finanças*, 32(86), 285-300. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202111290>
- O’Gorman, D. (2014). “[N]ew constellations for thinking about normativity”: rethinking Judith Butler’s “frame” with reference to Dave Eggers’ What Is the What. *Textual Practice*, 29(4), 653-674. <https://doi.org/10.1080/0950236x.2014.955815>
- Porto, M. (2004). Enquadramentos da mídia e política. In A. Rubin, Antonio (org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens* (pp.74-104). Salvador: Edufba/Unesp.
- Scheufele, B. (2004). Framing-effects approach. *European Journal of Communication Research*, 2004, 29(4), 401-428. <https://doi.org/10.1515/comm.2004.29.4.401>
- Schütz, A. (1972). *Collected Papers I - The Problem of Social Reality*. Holanda: Springer.
- Sepulveda, L. (2022). Um jornalismo sem raça? *Libero*, 51(1), 241-255. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1615>, acesso em 20/04/2023.
- Shulman, H. & Sweitzer, M. (2018). Advancing frame theory. *Human Communication Research*, 44(1), 155-175. <http://dx.doi.org/10.1093/hcr/hqx006>
- Van Gorp, B. (2007). The constructionist approach of framing: bringing culture back in. *Journal of communication*, 57(1), 60-78. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00329.x>
- Wadhwa, M., Kim, J., Chattopadhyay, A. & Wang, W. (2019). Unexpected framing effect. *Journal of Consumer Research*, 46(2), 223-245. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucz008>

Enquadramentos em análises de dinâmicas interacionais: aproximações entre Goffman e Butler

Le cadrage dans l'analyse des dynamiques interactionnelles : les rapprochements entre Goffman et Butler

Framing as a key to the analysis of interactions: bridges between Goffman and Butler

Pt Este artigo delinea dois aspectos da noção de “enquadramento”, tal como foi originalmente criada pelo sociólogo canadense Erving Goffman, em seu livro *Os quadros da experiência social* e desenvolvida pela filósofa norte-americana Judith Butler em *Vida Precária* e *Quadros de Guerra*. Argumenta-se que a leitura feita por Butler reelabora a ideia original ao acrescentar a noção de que os frames estão diretamente relacionados ao exercício moral do poder, fundamentados na definição arbitrária do que deve ser conhecido por uma audiência como uma forma de vida reconhecível. Butler também abre espaço para o questionamento dos quadros estabelecidos, que não apenas são desafiados por novos esquemas de legibilidade, mas também deixam entrever as operações de violência que os sustenta. A partir de uma leitura que tenta aproximar os dois autores, argumentamos que é possível evidenciar uma preocupação comum com a maneira de construir quadros de sentido que informam e orientam a produção de respostas morais no âmbito interpessoal e no âmbito da elaboração de narrativas que circulam na mídia. A maneira como Butler analisa narrativas e imagens escolhidas pelos veículos jornalísticos para organizar os acontecimentos revela, em diálogo com Goffman, que o modo como é construído o aparecimento diante do outro (seja ele face a face ou mediado pela cena de visibilidade pública) interfere nas estratégias de organização social e na própria sobrevivência de sujeitos e grupos. A prática jornalística contribui para a formulação de normas morais injustas, mas pode também atuar em prol da elaboração de enquadramentos que nos tornem sensíveis ao apelo ético da alteridade. Butler (2015) e Goffman (2002) apontam em seus trabalhos que a forma como vamos apreender e responder a esse apelo depende de como ele é formulado e enquadrado, de quais afetos são mobilizados na produção e na receptividade de quadros de sentido e de como os interlocutores aprendem a criar táticas de enfrentamento aos constrangimentos de poder. E, como evidencia Goffman, enquadramentos estão pautados por afetos, crenças e valores compartilhados em nossas experiências situadas, que sempre se organizam entrelaçadas às narrativas midiáticas e às narrativas identitárias que apreendemos criticamente. Assim, este artigo propõe que a noção de frame de Butler ressalta, em diálogo com Goffman, as dimensões éticas e estéticas que podem contribuir para a elaboração de narrativas jornalísticas comprometidas com a valorização e reconhecimento das vidas.

Palavras-chave : enquadramento; Goffman; Butler; relações interpessoais; media

Fr Cet article se penche sur deux aspects de la notion de « cadrage » telle qu'elle a été définie à l'origine par le sociologue canadien Erving Goffman dans son livre *Les Cadres de l'expérience*, puis développée par la philosophe américaine Judith Butler dans *Vie précaire* et *Ce qui fait une vie*. La lecture de Butler aboutit selon nous à reformuler le concept initial, en y ajoutant l'idée que les cadrages sont directement liés à l'exercice moral du pouvoir et reposent sur la définition arbitraire de ce qui doit être connu, par un public donné, en tant que mode de vie reconnaissable. Butler ouvre également la voie à une remise en question des cadres établis, non seulement en leur opposant de nouveaux schémas de lisibilité, mais aussi en dévoilant les processus de violence qui les sous-tendent. Partant d'une lecture qui tente de rapprocher les deux auteurs, nous soutenons qu'il est possible de dégager une préoccupation commune quant aux modes de construction de cadres de sens qui informent et guident la production des réponses morales, aussi bien dans la sphère interpersonnelle que pour l'élaboration de récits diffusés par les médias. La manière dont Butler analyse les récits et les images choisis par les médias d'information pour organiser les événements, en dialogue avec Goffman, révèle que la construction de

leur apparition devant autrui (qu'il s'agisse d'un face à face ou d'une scène de visibilité publique) interfère avec les stratégies d'organisation sociale et avec la survie même des individus et des groupes. La pratique journalistique contribue à la formulation de normes morales injustes, mais elle peut aussi participer à l'élaboration de cadrages qui nous sensibilisent à la dimension éthique de l'altérité. Butler (2015) et Goffman (2002) soulignent dans leurs travaux que la manière d'appréhender cet appel éthique, et d'y répondre, dépend de la façon dont il est formulé et cadré, des affects mobilisés dans la production et la réception des cadres de sens, et enfin des tactiques que les interlocuteurs apprennent à créer pour faire face aux contraintes de pouvoir. Comme le montre Goffman, ces cadrages sont guidés par des affects, des croyances et des valeurs partagés dans nos expériences situées, qui s'organisent toujours en s'entrelaçant avec les récits médiatiques et identitaires que nous appréhendons avec un regard critique. Nous avançons donc ici que la notion de cadrage de Butler fait ressortir, en dialogue avec Goffman, les dimensions éthiques et esthétiques qui peuvent contribuer à l'élaboration de récits journalistiques engagés dans la valorisation et la reconnaissance de la vie.

Mots-clés : cadrage ; Goffman ; Butler ; relations interpersonnelles ; médias

En This article looks at two aspects of the notion of "framing" as originally defined by Canadian sociologist Erving Goffman in his book *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, then developed by American philosopher Judith Butler in *Precarious Life and Frames of War*. In our view, Butler's interpretation results in a reformulation of the original concept, adding the idea that framings are directly linked to the moral exercise of power, and rely on the arbitrary definition of what ought to be known, by a given audience, as a recognizable way of life. Butler also challenges established frameworks, not only by opposing them with new schemes of intelligibility, but also by revealing the processes of violence that sustain them. Drawing on an interpretation that attempts to bring the two authors closer together, we argue that it is possible to identify a common focus on the modes of construction of frames of meaning that inform and guide the production of moral responses, both in the interpersonal sphere and in the elaboration of narratives disseminated by the media. Butler's analysis of the narratives and images chosen by the news media to organize events, in dialogue with Goffman, reveals that the construction of their appearance before others (whether face-to-face or on a stage with public visibility) interferes with strategies of social organization and with the very survival of individuals and groups. Journalistic praxis contributes to the formulation of unjust moral norms, but it can also participate in the elaboration of framings that educate us about the ethical dimension of otherness. Butler (2015) and Goffman (2002) emphasize in their work that our way of apprehending this ethical call, and the ways in which we respond to it, depends on how it is formulated and framed, on the affects mobilized in the production and reception of these frames of meaning, and finally on the tactics that interlocutors learn to create in order to deal with the constraints of power. As Goffman shows, these framings are guided by affects, beliefs and values shared in our situated experiences, which are always organized through the interweaving of the media and identity narratives which are apprehended with a critical eye. We therefore argue here that Butler's notion of framing brings out, in dialogue with Goffman, the ethical and aesthetic dimensions that can contribute to the elaboration of journalistic narratives committed to the valorization and recognition of life.

Key words: framing; Goffman; Butler; interpersonal relations; media